

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 031**

Período: de 04/05/02 a 10/05/02

Franca – Brasil

- 1 - Sargento do Exército é preso por tráfico de drogas
- 2 - Suspeita de antraz em São Paulo
- 3 - Procuradoria investiga hospedagem de modelos em quartel do Exército
- 4 - Fita cassete demonstra ligação de traficante brasileiro com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)
- 5 – Lista de vítimas de tortura que terão direito à indenização pode aumentar
- 6 - Brasil e Bolívia debatem criação de fórum de defesa da Amazônia

Sargento do Exército é preso por tráfico de drogas

Oito pessoas, entre elas, um sargento do Exército, foram presas na noite de sexta-feira (03/05) acusadas de tráfico de drogas, na zona norte de São Paulo. Com o grupo, foram apreendidos 10 quilos de cocaína, saquinhos de maconha e pedras de crack. Após a denúncia, policiais da 4ª Delegacia de Investigação sobre narcóticos (DISE) ficaram observando o movimento de um grupo de pessoas que conversava em frente a uma lanchonete na Freguesia do Ó (zona norte da cidade de São Paulo) e um veículo Vectra que circulava na região. No veículo estavam o sargento Alberto Dias de Souza, juntamente com outras pessoas. Segundo a polícia, o local era ponto de venda de drogas. Foi apreendida também com o grupo uma pistola 380. (Folha de S. Paulo – Cotidiano - 04/05/02; O Estado de São Paulo - Cidades - 05/05/02)

Suspeita de antraz em São Paulo

Um pó branco caiu de um envelope timbrado do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) que foi aberto por um cabo da Polícia Militar na Zona Norte da capital na noite de sexta-feira, dia 03. Logo após entrar em contato com o pó, o policial começou a sentir irritação na vista e coceira no corpo. Sob suspeita de contaminação por antraz, o local foi isolado por soldados do Corpo de Bombeiros e o pó encaminhado ao Instituto Adolfo Lutz para análise. (Correio Braziliense – Brasil - 05/05/02)

Procuradoria investiga hospedagem de modelos em quartel do Exército

A Procuradoria de Justiça do Estado de São Paulo iniciou ontem uma investigação para apurar possível irregularidade na hospedagem de um grupo de modelos em um quartel do Exército de Ribeirão Preto (SP). A estadia do grupo foi intermediada por um major de São Paulo, identificado apenas como Júlio César, que seria o marido da proprietária da agência na qual trabalhavam os modelos. Os alojamentos são destinados prioritariamente para oficiais do Exército que estejam em viagem por Ribeirão Preto. Os responsáveis pelo 5ª Comando Militar Sudeste de São Paulo (CSM) informaram não haver problema na hospedagem dos modelos porque estariam sob responsabilidade do major. O promotor José Luís Pereira Gomes, diz, no entanto, que não é qualquer civil que pode se hospedar num alojamento do Exército. É necessário que seja uma autoridade e que ainda apresente uma justificativa plausível, como ausência de hotéis, por exemplo. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 08/05/02)

Fita cassete demonstra ligação de traficante brasileiro com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)

Uma conversa gravada em uma fita cassete, divulgada por uma revista colombiana revela detalhes do relacionamento do traficante brasileiro Luís Fernando da Costa (o “Fernandinho Beira Mar”) com as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC). Beira Mar confessa que pagava comissão a Tomás Molina Caracas, comandante das FARC, conhecido como “Negro Acácio” para contrabandear cocaína da Colômbia para o Brasil. Na fita ele confessa também que comprava armas que seriam fornecidas à guerrilha de esquerda do Paraguai. Há suspeitas de que Beira Mar tenha comprado um arsenal de dez mil fuzis para abastecer as FARC. (Correio Braziliense-Segurança - 07/05/02)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) quer nova data para o julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás

O julgamento do massacre de Eldorado de Carajás (estado do Pará), ocorrido em 1996, quando 19 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados, deveria ter começado no dia 12 de abril, mas a defesa obteve uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), adiando a sessão até que fosse julgada a ação de exceção de suspeição apresentada contra a juíza Eva do Amaral Coelho. As Câmaras decidiram manter a juíza, mas ela não suportou a pressão e deixou o caso. Eva acredita que sua permanência no caso acarretaria um novo adiamento do julgamento, devido à alegação do MST de falta de isenção por parte da juíza. Se for mantida a data do início do julgamento, na próxima terça-feira sentarão no banco dos réus o comandante da operação, coronel Mario Pantoja, o major José Maria Pereira de Oliveira, comandante das tropas de Marabá, e o capitão Raimundo José Almendra Lameira, que comandava as tropas de Parauapebas. A segunda sessão está marcada para o dia 27 de maio, quando serão julgados 10 sargentos, quatro tenentes e um cabo. Na terceira e última sessão, dia 10 de junho, serão julgados 127 PMs, sendo do 15 cabos, 107 soldados e seis sargentos. O advogado do MST, Carlos Amaral Jr., acredita que a manutenção da data prejudicará as famílias das vítimas e entrará com o pedido de um novo adiamento na Justiça. (Jornal do Brasil – Tempo Real – 09/05/02; O Globo – O país – 10/05/02)

Lista de vítimas de tortura que terão direito à indenização pode aumentar

O ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, prometeu ontem, em reunião com a Comissão dos Desaparecidos Políticos, que pedirá ao Senado Federal a aprovação do projeto de lei que concede indenização às famílias de pessoas desaparecidas, vítimas de perseguição política, entre os anos de 1964 até 1988. A lei atual só garante indenização a quem teve familiares mortos ou desaparecidos até 1979. O projeto prevê ampliação dos trabalhos na localização e identificação de ossadas. Em discussão desde setembro do ano passado, a proposta está parada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O relator do projeto ainda não foi escolhido e, por isso, não existe nenhuma previsão de data para que ele seja apreciado pelos senadores. (Correio Braziliense – Política – 10/05/02)

Brasil e Bolívia debatem criação de fórum de defesa da Amazônia

Brasil e Bolívia querem criar um Fórum de Segurança e Defesa dentro do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). O objetivo é que o tratado, criado em 1990 para responder aos interesses internacionais em relação à Amazônia, passe a desenvolver políticas conjuntas dos países amazônicos, voltadas para a defesa e segurança da região. O tratado é assinado pelos oito países que fazem parte da Amazônia e só falta a ratificação da Colômbia, para que se transforme em uma organização internacional de defesa dos interesses da região. A proposta de criação do Fórum foi incluída na ata de reunião dos Ministérios da Defesa do Brasil e da Bolívia, assinada ontem. O governo brasileiro destacou a atuação de organizações não-governamentais na Amazônia. Os militares do Brasil e da Bolívia querem criar um subgrupo de inteligência para permitir a análise permanente da situação político-estratégica, a obtenção de informações sobre a situação da fronteira e propiciar a melhoria na qualidade dos dados das unidades de fronteira dos dois países. Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela fazem parte do TCA. Brasil e Bolívia dividem a maior fronteira entre dois países da América do Sul – 3.133 Km, daí a necessidade de aumento de integração entre os dois países, particularmente na área de inteligência, conforme avaliaram os militares nas reuniões mantidas esta semana. (O Estado de S.Paulo – Geral – 10/05/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de São Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq e coordenado por Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.